

UM GRITO SEM ECO: A Língua de Sinais no contexto escolar

SANTOS, Josefa Érica dos
ericaufs@hotmail.com

SANTOS, Lucas de Lima
lucaspedagogo@hotmail.com

SANTOS, Marcela de Almeida B.
Marcelabs_2006@hotmail.com

COSTA, Joana D'arc
Professora, Especialista
Joanadc70@oi.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem finalidade de mostrar como ocorre o conhecimento e como eram considerados os surdos no século XV até o séc. XVIII. Sabe-se que desde o séc. XV os deficientes eram tratados como pessoas não educáveis, seres diferentes, que não podiam conviver em sociedade. Mas com passar dos séculos foram desenvolvidas diversas teorias visando tornar o processo de ensino/aprendizagem dos portadores de deficiência auditiva mais eficiente, com a fundação de várias escolas, e assim anuncia como uma nova era para as pessoas de necessidades educativas. E aponta os aspectos qualitativos, da educação dos surdos como evoluíram em termos metodológicos, utilizando o uso de ambas as formas de comunicação como o Oralismo e o Bilingüismo que atualmente é o método mais utilizado, e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que começam ganhar força no país no dia 24 de Abril de 2002, com a promulgação da Lei nº10.432/2002. O processo de aquisição da linguagem por estes indivíduos irá depender de dois fatores primordiais: A idade em que a criança sofre a perda auditiva e o grau dessa perda e avaliação em (d-B) decibéis. Quanto for mais cedo a perda auditiva e o grau mais elevado, a criança terá maior dificuldade na aprendizagem. Além

disso, apesar dos diferentes opiniões que dividem as metodologias de ensino há que se fazer valer os direitos dos possuidores de deficiência auditiva. Este deve ter acesso a escola para pessoas dita “normal” e receber o mesmo tratamento. Sabe-se, no entanto, que o deficiente auditivo sofre muito preconceito e, por diversas vezes procura o isolamento, em razão de não conseguir efetuar comunicação com seus colegas e professores. A inclusão de pessoas portadoras de tal deficiência no mercado de trabalho requer que estas tenham acesso ao ensino normal e que sejam aceitas na sociedade e pelas habilidades que possuem. O uso de sinais assim como construir seu conhecimento e alcançou níveis de linguagem comparáveis a de crianças ouvintes, podendo expressar-se sobre coisas que observava falar da sua vivência e emoções.

Palavras-chave: Deficiência auditiva. Comunicação. Aprendizagem. Preconceito. Educação.

ABSTRACT

The present work has purpose to show as the knowledge occurs and as the deaf people in century XV until séc were considered. XVIII. Sabe that since séc. XV the deficient ones were treated as people you did not educate, different beings, that could not coexist in society. But with passing of the centuries diverse theories had been developed aiming at to become the education process learning of the carriers of more efficient auditory deficiency, with the foundation of some schools, and thus it announces as a new was for the people of educative necessities. E points the qualitative aspects, of the education of the deaf people as they had evolved in metodológicos terms, using the use of both the communication forms as the oralismo and the bilingüismo that currently are the used method more, and the Brazilian Language of Signals (POUNDS), that they start to gain force in the country in day 24 of April of 2002, with the promulgation of the Law nº10.432/2002. The process of acquisition of the language for these individuals will go to depend on two primordial factors: The age where the child suffers to the auditory loss and the degree of this loss and evaluation in (d-B) decibels. How much it will be more early the auditory loss and the raised degree more, the child will have greater difficulty in the learning. Moreover, although the different opinions that divide the education methodologies have that to become to be valid the rights of the possessors of auditory deficiency. This must have access “the normal” school for people said and to receive treatment the same. Sabe, however, that deficient the auditory one suffers much preconception and, for diverse times it looks the isolation, in reason not to obtain to effect communication with its colleagues and professors. The inclusion of carrying people of such deficiency in the work market requires that these have access to normal education and that they are accepted in the society and for the abilities that they possess. The use of signals as well as constructing its

knowledge and reached comparable levels of language of children the listeners, being able to express itself on things that observed to say of its vicencian and emotions.

Key-Word: Auditory Deficiency. Communication. Preconception. Learning. Education

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a finalidade de discutir o processo de aprendizagem da Língua de Sinais no contexto escolar. O trabalho foi desenvolvido em quatro grandes tópicos, no primeiro relata alguns aspectos relevantes da história do surdo e conseqüentemente o surgimento da língua que se constitui hoje libras, a abordagem não se faz só no Brasil mais no mundo, desde do século XVI até os dias atuais. O segundo, faz evidência de como a surdez merece atenção, podemos afirmar que, a pessoa surda vive num mundo de silêncio, mas pelo olhar pode “ouvir” trata ainda de como identificar o portador de deficiência auditiva, os princípios apresentados; As cinco maiores causas identificadas pela surdez. Apresenta as principais preocupações e como é dividido o nosso ouvido (figura 01). O terceiro fala da sua vivência na sociedade, de suas dificuldades e preconceitos, fundamentados em relatos de alguns autores que vivem a experiência de serem surdos e por fim, o quarto tópico que são as propostas alternativas e exemplo de Línguas de Sinais.

Este trabalho visa compreender, sobretudo, o mundo dos portadores de deficiência auditiva, suas dificuldades encontradas nas escolas e o preconceito a que são submetidos e certamente poderá tornar-se uma fonte de pesquisa para todos aqueles que buscam mais conhecimento sobre o assunto abordado.

Para que este trabalho fosse realizado, utilizamos pesquisa bibliográfica através da leitura e fechamento de obras de autores que atuam na área da educação inclusiva, de pensadores da pedagogia que se dedicaram a temas na área de linguagem e também na lei que retratam da inclusão dos deficientes auditivos. Tais textos embasaram esta argumentação. Também foram lidos textos na área medica para que se pudesse ter um maior conhecimento acerca das patologias que causam a deficiência auditiva em seus diversos graus.

A escolha desse tema se deu em razão da observação de situações de preconceitos e da necessidade vista bem de perto, já que uns dos membros deste artigo é deficiente auditivo, então sentimos a necessidade de conhecer melhor o trabalho com portadores dessa dificuldade, na medida em que adentramos nas suas necessidades ganharemos capacidade e habilidades para mostrar à sociedade que é possível a inclusão plena do surdo na sociedade. Desta forma esperamos contribuir para que as pessoas enxerguem os deficientes como uma pessoa possível de compreensão, e de alguma forma melhorar a qualidade de vida desse portador de deficiência auditiva. Fazendo com que estes possam sentir-se incluídos na sociedade, e aceito como portadores de habilidades e de capacidades de trabalho como qualquer outra pessoa.

2 UM GRITO SEM ECO: A Língua de Sinais no contexto escolar

2.1 Histórico

Desde a Antigüidade e por quase toda a Idade Média, os surdos eram considerados imbecis e não educáveis, entretanto poucas são as referências encontradas em relação a eles e como eram educados, acreditava-se que o surdo era um ser primitivo e não poderia ser educado, e essa idéia persistiu até o século XV, até então eles viviam totalmente à margem da sociedade e sem direitos assegurados. Até esse século não havia nenhum interesse na educação dos surdos, vez que eram considerados pessoas improdutivas, sendo relegados à marginalidade na vida social, não havia uma cultura suficientemente desenvolvida que os aceitasse em sua diferença.

No início do século XVI, apareceram relatos de pedagogos de diversos países europeus que trabalharam com surdos e diziam que eles podiam aprender, utilizando a estratégia da fala, para compreender a língua falada, para assim poder desenvolver o pensamento, adquirir conhecimentos, se comunicar com o mundo ouvinte e expressar seu pensamento. Durante toda a história da educação encontram-se dados de que os surdos eram considerados seres diferentes e sendo diferentes, não podiam conviver com os ouvintes e muitos foram e continuam sendo os problemas de inclusão e integração na escola, sociedade, trabalho, lazer e etc.

No meado do século XVI, surgem os primeiros educadores de surdos de que se tem notícia, sobretudo na Espanha, França, Inglaterra e Alemanha. O século XVIII no entendimento de muitos estudiosos se constitui o período mais próspero da educação dos surdos. Neste século houve a fundação de várias escolas para surdos, anuncia uma nova era para as pessoas portadoras dessa necessidade educativa. Além disso, aponta também os

aspectos qualitativos, a educação do surdo evoluiu em termos de metodologia e prioridade por parte da sociedade, já que através da língua de sinais, os surdos podiam aprender e dominar diversos assuntos exercer diversas profissões. Aparti do século XVIII que LIBRAS começou expandir no mundo, além disso, começou a evoluir já que através da língua de sinais eles podiam exercer diversas profissões.

Surgem os professores ou preceptores que eram freqüentes no ensinamento do filho surdo de famílias nobres e influentes para que fosse treinada a fala, porque sem ela não se garantia os direitos legais dos surdos, e os professores também educavam com a escrita e alfabeto digital (criado para que o surdo pudesse ler com os filhos) ensinavam a leitura – escrita e diferentes técnicas para desenvolver habilidades com a leitura labial.

A utilização da linguagem oral, como forma prioritária na comunicação com os surdos, na abordagem oralista, foi o princípio fundamental tanto para o desenvolvimento lingüístico e cognitivo da criança surda como para a inserção no meio social, onde os sinais e o uso do alfabeto digital eram proibidos.

Em 1815 Thomas H. Gallaudet, professor americano interessado na educação dos surdos, encontra na França o abade de Loepflo, primeiro indivíduo a estudar a língua de sinais através da observação de um grupo de surdos que utilizava o método manual utilizado por ele em 1871. Ele fundou a primeira escola permanente para surdos nos EUA, que utilizava como forma de comunicação em sala de aula e conversas extra-classe um método Francês sinalizado, adaptado para o inglês.

É somente a partir do final da Idade Média, no século (verificar com segurança o século) que os dados com relação à educação e a vida do surdo tornou-se mais disponíveis, é exatamente nesta época que começam a surgir os primeiros trabalhos no sentido de educar a criança surda, e de integra-la (ainda não é inclusão) na sociedade. Caces relata que:

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos em todo mundo civilizado; a

saída dos surdos da negligência e da obscuridade; sua emancipação e cidadania; a rápida conquista de posição de eminência e responsabilidade – escritores, engenheiros, filósofos e intelectuais surdos, antes inconciliáveis, tornaram-se subitamente possíveis.
(CACES, 1989, p 37).

Entretanto, no início do século XX, a maior parte das escolas de surdos, em todo o mundo, abandona o uso da língua de sinais. Isto foi consequência do famoso Congresso do Melão de 1880, quando, a despeito do que pensava os surdos (maiores interessados, e que sequer foram consultadas) considerou-se que a melhor forma de educação do surdo, seria aquela que utilizasse unicamente o oralismo.

De acordo com Galdfeld que conceitualiza o oralismo como filosofia oralista a qual usa a integração da criança surda à comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil português). O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva (Galdfeld,1997, p. 30 e 31).

A partir do Congresso de Melão, surgiram várias pesquisas sobre as línguas de sinais. Isto, aliado à insatisfação de vários educadores com relação ao oralismo, começou a trazer os sinais e os códigos manuais de volta para dentro das salas de aula dos surdos, pois o oralismo era o objetivo principal da educação de crianças surdas, mas para que elas pudessem dominar a língua oral, o ensino de disciplinas como História, Geografia e Matemática foram relegados a segundo plano. A queda do nível de escolarização do surdo foi inevitável, daí começaram a surgirem às insatisfações dos professores.

Segundo Kyle (1999), a língua de sinais é natural para o surdo, pois é adquirida de forma rápida e espontânea, por isso a criança surda precisa ter acesso à língua de sinais o mais cedo possível, antes mesmo do seu ingresso na escola. Daí a necessidade de a criança surda, filha de pais ouvintes, bem como de sua família terem contato com adultos surdos, usuários de língua de sinais.

Cárnio et al. (2000) ressaltam que não se pode negar que a crianças surdas filhas de pais ouvintes serão expostas constantemente à língua oral. Dessa forma algumas dessas crianças poderão adquirir simultaneamente a língua de sinais e a língua de seus pais.

A partir da década de 80 começa a ganhar força a Filosofia do Bilingüismo. Segundo esta filosofia o surdo deve adquirir primeiramente, como língua materna, a língua de sinais, considerada a sua língua natural. A segunda língua só deveria ser ensinada que é a língua de seu país oficial, depois da aquisição da sua primeira língua. Mas preponderantemente na sua forma escrita. O Bilingüismo percebe a surdez como deficiência a ser normatizada através da reabilitação (oralismo).

Em relação ao Brasil, tem-se informação de que em 1844 chegou ao país o professor surdo Francês Hernest Huert. Ele veio para cá a convite do Imperador D. Pedro II, para iniciar um trabalho de educação de duas crianças surdas. Pago pelo governo (governo brasileiro ou português) (Goldfeld, 1997).

Em 26 de setembro de 1857, é fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação do Surdo (INES), onde era utilizada a língua de sinais. No entanto, a tendência determinada pelo Congresso de Milão (1880). Em 1911, o INES estabeleceu o oralismo como método de educação dos surdos.

No final da década de 70, chega ao Brasil a Filosofia da Comunicação total. Na década seguinte, a partir das pesquisas da professora de Linguística Lucinda Ferreira Brito, sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), começa a ganhar força no país a Filosofia do Bilingüismo. O bilingüismo possibilita ao surdo adquirir/aprender a língua que faz parte da comunidade surda. O trabalho bilíngüe educacional respeita as particularidades da criança surda, estabelecendo suas capacidades como meio para essa criança realizar seu aprendizado. Esta proposta também oferece o acesso à língua oral e aos conhecimentos sistematizados, priorizando que a educação deve ser construída a partir de uma primeira língua, a de sinais, para em seguida ocorrer a aquisição da segunda língua, o português (oral e/ou escrito).

O Projeto de Educação Bilíngüe para os Surdos busca a aceitação da surdez sem almejar transformações culturais e de identificação do sujeito surdo. Segundo essa proposta, o

indivíduo ao adquirir uma língua natural é capaz de se desenvolver plenamente, vivenciando, aprendendo e se comunicando, além de se identificar com sua cultura.

No Brasil, os serviços prestados aos surdos ainda são insignificantes, diferentemente de diversos países desenvolvidos, raros são os programas na televisão brasileira apresentados em Libras, ou que possuam legenda oculta. Ultimamente se observa o uso mais cuidadoso nos programas políticos porque tem como objetivo se comunicar para angariar votos de todos os eleitores. Além disso, há um total descaso quanto à necessidade de interpretes em locais como hospitais repartições públicas, delegacias, fórum, etc.

A língua brasileira de sinais foi desenvolvida a partir da Língua de Sinais francesa, as línguas de sinais não são universais, cada país possui a sua.”A Libras possui estrutura gramatical própria os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referencia no corpo ou no espaço”. (SOUZA, 1998 p. 17).

Segundo a legislação vigente, no seu artigo tal, afirma que:

Libras constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria(Lei nº. 10.436/2002).

A Libras é a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil, diz-se língua e não línguas porque possui uma estrutura lingüística própria, assim como qualquer outra língua falada no mundo. É possível estudar Libras em todos os seus níveis estruturais: morfológicos, sintáticos etc.

Decretada e sancionada em 24 de abril de 2002 a Lei nº. 10.436, no seu artigo 4º, dispõe o seguinte:

O sistema educacional Federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação especial, de fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis, médio e superior, do

ensino da língua brasileira de sinais–libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNS, conforme a legislação vigente. (Lei nº. 10.436/2002)

Atualmente a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) produziu o dicionário digital na língua brasileira de sinais-libras, no formato de CD-RAM. Foram distribuídos cerca de 15 mil dicionários para todo o país. Espera-se que cerca de 50 mil estudantes de escolas públicas brasileiras utilizem o material.

O CD-ROM apresenta as palavras em movimento na língua de sinais, este produto foi criado para auxiliar a capacitação de professores que irão trabalhar com alunos deficientes auditivos do Ensino Fundamental.

No Brasil, há 5.750.800 pessoas com problemas relacionados à surdez, das quais 519.460 até 17 anos e 276.884 entre 18 e 24 anos, segundo o censo demográfico e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não há como se negarem os avanços que a tecnologia trouxe para a detecção precoce da surdez e para a intervenção nesse processo. Com o surgimento das emissões otoacústicas e os programas de *Screening* Auditivo Neonatal Universal é possível diagnosticar precocemente a surdez e iniciar um trabalho de intervenção precoce, abrangendo o bebê e a família. Atualmente, as próteses auditivas digitais possibilitam maior potência com melhor qualidade sonora para adaptação em crianças (Buerkli-Halevy & Checkley, 2002). Os implantes cocleares multicanal também têm sido uma opção para os que não se beneficiam da prótese auditiva (Koslowisky, 1997). Além disso, na área da informática, a quantidade de softwares que exploram a imagem visual é cada vez mais comum no mercado, facilitando uma série de acessos aos educadores de surdos.

3 O GRITO PRECISA DE ECO: A Surdez merece atenção?

Para sensibilizarmos a comunidade ouvinte e não ouvinte sobre a importância de compreender os caminhos da surdez destacará alguns conceitos e significados deste órgão do sentido que não provoca o eco da audição, mas que seu portador precisa estar em consonância com o mundo. A audição é um sentido que funciona sem interrupção, colocando o indivíduo em constante contato com o meio, possibilitando o seu desenvolvimento; integral. A pessoa surda vive num mundo de silêncio, mas pelo olhar podem “ouvir” o que lhe falam esse é um dos meios de comunicação mais utilizados por seus portadores.

Sá afirma que é fundamental entender que a surdez não se caracteriza por uma diferença física perceptível, é ao contrário do que se pensa ele está impregnada de preconceitos, num dilema inesgotável em ser ou não ser uma deficiência?

[...] que dificuldade maior dos surdos está exatamente na aquisição de uma linguagem que subsidie seu desenvolvimento cognitivo, os estudos que envolvem a condição de pessoa surda são revestida de fundamental importância e seriedade, visto que a surdez, analisada exclusivamente do ponto de vista do desenvolvimento físico, não é uma deficiência grave, mas ausência da linguagem, além de criar dificuldades no relacionamento pessoal, acaba por impedir todo o desenvolvimento psicossocial do indivíduo (SÁ, 1999, p.47).

A audição é importante não só a aquisição da linguagem e desenvolvimento da fala, mas também para o desenvolvimento psicossocial e educacional. Segundo Skliar (1998, p.11) a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez e uma experiência visual; a surdez uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez esta localizada dentro do discurso sobre a deficiência.

Para Skliar, existe a possibilidade de estar sempre buscando e propondo, conhecer a aproximação das potencialidades do sujeito surdo, voltados para análise dos discursos acerca da surdez seja no contexto político, social e escolar exclusivista, sem,

entretanto esquivar da importância desse sujeito como agente de transformação, como um todo no meio social.

3.1 Identificando o portador de deficiência auditiva

Embora já tenhamos atentado para o fato de que todos os indivíduos portadores de necessidades especiais encontram, em geral, muitas dificuldades de interação dentro da escola e na sociedade, não só em decorrência do preconceito de outros alunos, mas também por sua baixa auto-estima e pouca sociabilidade. A identificação correta das crianças com perda auditiva é freqüentemente complicada, pois na sala-de-aula embora não tenham problemas de locomoção, mais na maioria das vezes formam grupos isolados, com dificuldade de integração, alta agressividade, pouca participação nas atividades da comunidade, pouco ou nenhum acesso á produção cultural e muita dificuldade de aprendizagem.

A sociedade também não consegue se comunicar com os portadores de deficiência auditiva e raramente enxerga suas potencialidades, apenas suas limitações (GALLAGHER e KIRK: 1996 p.5).

Os pais podem perceber, precocemente, a surdez de seu filho se observarem alguns indícios ou sistemas, apresentados pela criança, e que podem indicar anormalidades no seu comportamento auditivo.

3.2 Os principais indícios apresentados são:

- Não se assustar com portas que batem ou outros ruídos.
- Não acordar com música alta ou barulho repentino,
- Não atende quando chamada;

- Ser distraída, desatenta, apática etc...
- Não falar, após dois anos de idade.
- Falar sempre muito alto ou excessivamente baixo.
- Cabeça virada para ouvir melhor, em posição pouco comum.
- Olhar dirigido para os lábios de quem fala e não para os olhos.
- Excesso de comunicação gestual e pouca emissão de palavras.

As causas podem ser por fatores hereditários ou adquiridos, razões orgânicas ou ambientais, as crianças que não reagem a ruídos, sons ou á vozes humanas, podem queixar-se de dores no ouvido ou assobios e zumbidos estranhos, provavelmente são surdas e deverão receber atendimentos médicos para indicação do uso adequado de aparelhos ou orientações e atendimentos educacionais mais acurados. Segundo Yoshinaga-Itano (1997) “se comprovada a detecção inicial até os seis meses de idade, e garantida á criança o desenvolvimento social, comparável com as crianças normais da mesma faixa etária”.

3.3 As maiores causas identificadas para surdez

Destacaremos neste artigo apenas cinco causas verificadas na pesquisa iltulizada, a saber:

HEREDITARIEDADE = Muitas condições genéticas diferentes podem levar á surdez.As transmissões têm sido atribuídas a genes dominantes, genes recessivos e genes ligados ao sexo. Embora concordamos com o fato de a hereditariedade ter um papel importante, é difícil estabelecer a porcentagem exata de crianças cuja surdez é devida á hereditariedade.As estimativas variam entre 30 e 60 por cento. (MOORES, 1982). A determinação da influência hereditária não é simplesmente uma questão de interesse intelectual. Pelo fato de os adultos surdos tenderem a casar entre si, precisam receber

informações sobre a probabilidade de um de seus filhos nascer com deficiência auditiva. Se um dos cônjuges é surdo, quais são as probabilidades genéticas de gerar uma criança com problemas auditivos? A nova área de aconselhamento genético, que procura informar os casais sobre as probabilidades de transmitirem um problema específico a seus filhos, pode ser um recurso importante para os deficientes auditivos.(GALLAGHER e KIRK, p.237).

RUBÉOLA MATERNA= Rubéola (também conhecida como sarampo alemão) afeta a mulher durante os três primeiros meses de gravidez, os seus efeitos sobre a criança são muitas vezes bastante sérios. A rubéola tem sido considerada a causa identificável externa mais comum da surdez. A rubéola pode ser apresentar sob duas modalidades: a forma congênita ou pré-natal e a forma adquirida ou pós-natal são causadas por um vírus RNA (família Togavírus). É uma doença benigna e de elevada prevalência, onde cerca de 70-80% dos adultos já são imunes, sendo que 25% dos casos são assintomáticos. Quando sintomática a rubéola a causa tipicamente febre, linfadenopatia e “rash” maculopapular. (GALLAGHER e KIRK, p.238).

NASCIMENTO PREMATURO - É bastante duvidoso que o simples nascimento prematuro seja a causa da surdez. A verdadeira causa – rubéola, por exemplo – pode estimular um nascimento prematuro. Ainda, a perda de oxigênio ou uma lesão cerebral ocorrido durante o parto prematuro que podem causar a deficiência auditiva.

Geralmente se faz o **TESTE DAS ORELHINHAS** - A técnica mais utilizada para a triagem auditiva neonatal é o exame de Emissões Oto acústicas. EOAS - é um exame objetivo, indolor, de rápida execução (5min), feita com sono natural, com a colocação de um fone externamente na orelha do bebê. Que consiste na produção de um estímulo sonoro e na captação do seu retorno sendo registrado no computador, se as partes internas da orelha estão funcionando, sendo então emitido um gráfico com o resultado do exame. O exame deverá ser

realizado á partir do nascimento, preferencialmente nos primeiros três meses de vida do bebê, para que possa detectar perdas precoces, as quais dificultarão o aprendizado da linguagem.

MENINGITE – A meningite, que envolve uma invasão bacteriana que ocorre freqüentemente através do ouvido médio. A incidência de surdez devida á meningite tem diminuído nos últimos anos, possivelmente graças ao uso crescente de antibióticos e quimioterapia.

INCOMPATIBILIDADE DE SANGUE ENTRE A MÃE E A CRIANÇA – Quando, uma mulher cujo sangue é Rh negativo gera uma criança com sangue Rh positivo, o sistema da mãe desenvolve anticorpos que podem passar para o feto e destruir as células do Rh positivos. Esta condição pode ser fatal. As crianças que sobrevivem pode ter vários distúrbios, inclusive surdez. Se a incompatibilidade de Rh é diagnosticada durante a gravidez, a condição pode ser tratada para impedir que prejudique a criança. (GALLAGHER e KIRK, 1991 p.239).

Como podemos observar essas causas afetam uma grande quantidade de alunos de nossas escolas que muitas vezes são desconhecidas pela comunidade educativa, na maioria das vezes são atribuídas ao descaso e desinteresses de aprendizagem das crianças.

3.4 Principal Preocupação

Nossa grande preocupação enquanto educadores não se constituem apenas com as crianças surdas, portadoras de perda total da audição, mas também com crianças que apresentam perdas moderadas e leves de audição. O grau da perda da audição é avaliado em decibéis (d-B)-uma medida relativa da intensidade do som, o surdo será um individuo que tem perdas totais ou parciais, congênitas ou adquiridas, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. Ex: uma perda auditiva de até 25 decibéis é considerada uma deficiência

significativa, zero decibéis representa uma audição normal, entretanto 70 decibéis ou mais e considerada surda.

A diminuição da audição (surdez) produz uma redução na percepção de sons e dificulta a compreensão das palavras. A dificuldade aumenta com o grau de surdez, que pode ser leve, moderada, severa e profunda.

A deficiência auditiva menos grave é frequentemente causada pela (Otite Média), uma infecção comum do ouvido médio na infância. O que mais surpreende e que apesar de todos os nossos instrumentos sofisticados de diagnóstico, a maior porcentagem dos casos de deficiência é relegada categorias como (causas desconhecidas). Como esta é uma das doenças infantis mais comuns atacando uma em cada oito crianças-estima-se que a Otite média ocorra seis ou mais vezes antes dos 6 anos- não se deve negligenciar o tratamento imediato e a avaliação auditiva cuidadosa na fase pré-escolar no caso de suspeita de perda auditiva.

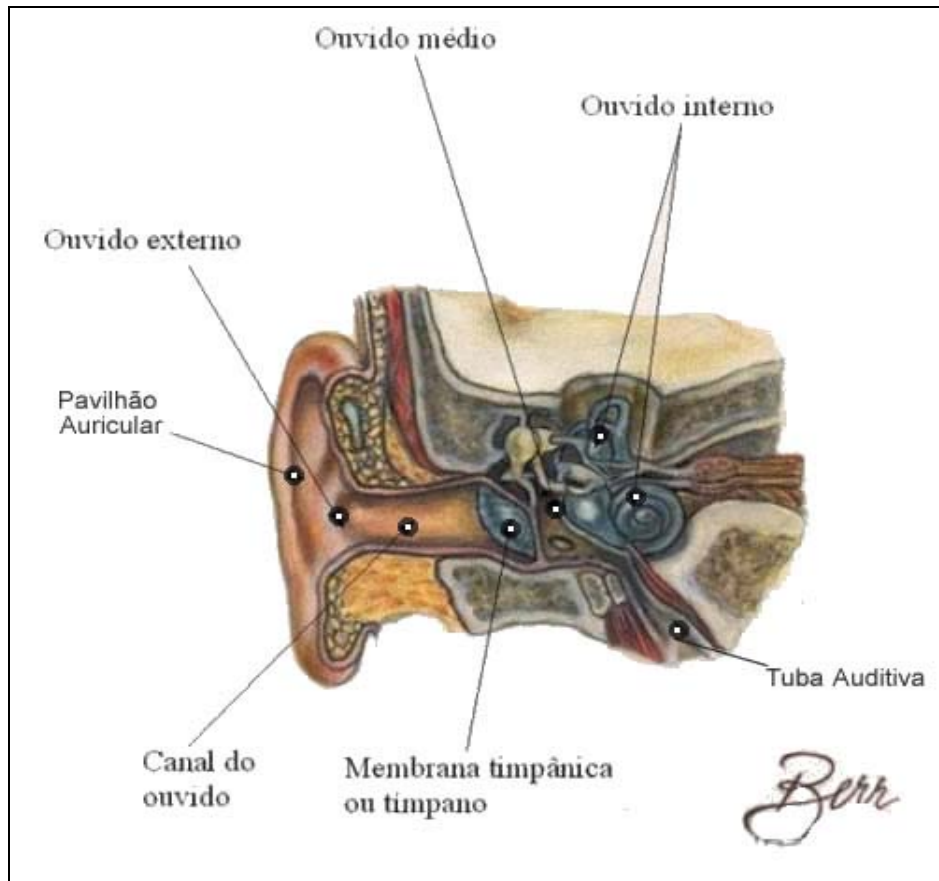
3.5 Nosso ouvido é dividido em 3 partes: externo, médio e interno

Ouvido externo: É formado pelo pavilhão auricular e canal auditivo com a membrana timpânica no fundo do canal.

Ouvido médio: Estão os três ossículos (martelo, bigorna, estribo) e a abertura da tuba auditiva.

Ouvido interno: Também chamado de labirinto, é formado pelo aparelho vestibular (equilíbrio) e cóclea (audição). O som chega ao cérebro através do nervo coclear. (SURDEZ-ABC da Saúde, p, google artigo 402).

A figura a seguir ilustra a divisão do ouvido humano:



3.6 O deficiente auditivo no seu convívio escolar

A escola na iniciação educacional da criança desenvolve a motricidade, o emocional e o social dos pequenos aprendizes, sejam ouvintes ou surdos, seja ela comum ou especializada, tem por objetivos preparar as crianças surdas para vida em sociedade oferecendo-lhe condições de aprender um código de comunicação que facilite seu ingresso na realidade sócio-cultural.

Infelizmente, o que observamos é que a escola especial encontra-se extremamente afastada das inovações pedagógicas e pior que isso, tem sido caracterizada e motivada por idéias bem segregacionistas, na medida em que lida com o surdo como objeto de tratamento clínico. Apesar de todo movimento da sobre a inclusão, o que se constitui um fato importante, a escola precisa ter cuidados para não “jogar” a criança surda em uma classe

comum, alegando a necessidade de inseri-la no convívio social escolar. O que se percebe hoje, quando se coloca uma criança portadora de necessidades especiais numa escola regular, é o despreparo dos professores, da gestão da escola, em fim dos órgãos competentes em reconhecer as necessidades dessas crianças e proporcionar as condições para o seu desenvolvimento naquele espaço educativo.

Apesar das diferentes opiniões que dividem e subdividem as metodologias de ensino dos surdos, existem três grandes correntes: oralismo, a comunicação total e o bilingüismo. Recentemente foi reconhecida e legalizada a LIBRAS que é a língua brasileira de sinais. (MEC, p.299). Segundo a lei n. 10.436 nos artigos 2 e 4 determina a obrigatoriedade da língua Brasileiras de Sinais.

4 COMO É VISTO O SURDO NA SOCIEDADE

4.1 A experiência vivenciada

A sociedade para mim é marcada por dominação, onde ocorre o preconceito, a discriminação para conseguir emprego, falta de educadores qualificados e o ambiente adequado para o atendimento do aluno com necessidade de Educação Especial, de modo que para amenizar esta problemática, é importante que a Educação Inclusiva assuma, um papel dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será compreendida em toda sua importância, tanto pelos órgãos governamentais quanto não-governamentais.

No trabalho para se ter uma idéia de como o surdo sofre preconceito, um dos autores deste trabalho, pois colhemos muito de sua experiência como surdo moderado, ele afirma: “tenho essa necessidade, muitas vezes sou dito incapaz de realizar tais funções específicas, sou contratado sem promoções ao longo dos anos.”

Dedicamos esse tópico exclusivamente ao registro de sua fala, são suas angustias, um olhar de dentro, ou seja, o seu grito a procura de ressonância.

Na vivência escolar se dar algo similar, eu senti que estava um excluído, uma pessoa em que os alunos ouvintes não estão nem aí. Também a inadequação do ambiente escolar é apresentado por mim como fator preponderante para a retirada do deficiente da escola, caracterizada através da alta rotatividade de funcionários, da conduta dos professores que não atendem às suas expectativas. A escola é então percebida como não oferecendo um ensino que permita o acompanhamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento da criança surda.

No ambiente escolar me deparado com professores que não estão preparados. O professor acha que é um João-ninguém ali no canto. Geralmente esse professor desenvolve

suas atividades sem se preocupar que o aluno, no caso surdo, vai acompanhar ou não. Então é uma coisa que não vai dar certo, já tive experiência.

Na procura do emprego me deparo com outros deficientes menos favorecidos, pois estão em nível de escolarização abaixo do exigido pelas empresas, dependendo do porte da Companhia, a lei determina reserva para pessoas com deficiência, que pode variar de 2% (com mais de 100 e até 200 empregados) a 5% (acima de 1.001 empregados) do total de funcionários. A não contratação acarretará uma multa de R\$ 1.101.75 por pessoa.

Eu entendo que para fugir desse risco, empresas buscam pessoas com deficiência para atender ao que proclama a Lei e não por justiça social. O problema é que essa procura é por pessoas "qualificadas", que possam se adaptar às funções normais do cargo oferecido. Apesar dos esforços, muitas estão com dificuldades para desenvolver projetos de admissão bem estruturados, que supram as exigências da Lei de Cotas. As empresas esbarram nas discriminações do passado quando os deficientes eram excluídos, com frequência, pela própria família, do ensino com qualidade e principalmente do convívio social.

4.2 A rotatividade

Os dados de Omote (1996) e Nunes (1998) afirmam que a rotatividade de profissionais e da equipe técnica contribui para que os serviços oferecidos aos portadores de necessidades especiais, não têm continuidade, não atendem as necessidades cotidianas das famílias e dificultam a relação pais a serviços da comunidade.

Percebemos a descrença no processo de inclusão que é justificada no despreparo dos professores e do próprio ensino regular para receber esta clientela, de modo que precisamos refletir na maneira como a criança seria tratada, para não criar a possibilidade de rejeição e abandono.

Parece existir um consenso de que, na atual condição da Educação, os professores da rede normal não apresentam preparo teórico e metodológico para receberem, em suas salas, crianças deficientes, o que poderia advir de despreparo profissional, como de condições inadequadas, que se pode começar a enumerar: 1- salas superlotadas; 2- ausência de uma equipe que dê suporte pedagógico; 3 - preconceito e desconsideração com os alunos deficientes. (LANE, 1998, p.125).

4.3 A integração Profissional

Hoje, sabe-se que pessoas com diferentes tipos de deficiência podem exercer muitas atividades profissionais. Porém, nesta fase de transição, encontrar mão-de-obra qualificada tem sido um desafio que se renova. As organizações exigem um grau de capacitação cada vez maior e, principalmente por questões sociais, o coeficiente de deficientes que não estagnou no próprio desenvolvimento é ainda mínimo.

Este desafio é encarado e superado por diversas empresas que aprendem a localizar, contratar e treinar pessoas com deficiência, além de "preparar" os locais de trabalho e os seus funcionários para a atuação em equipe.

A forma de integração vem ocorrendo nas diversas esferas, segundo SACKS que destaca os aspectos:

- As pessoas deficientes são admitidas e contratadas em órgãos públicos e em presas particulares, desde que tenham qualificação profissional e consigam utilizar os espaços físicos e os equipamentos de trabalho sem nenhuma modificação.

As pessoas deficientes auditivos são admitidas por empregadores que concordam em fazer pequenas adaptações específicas para elas, por motivos práticos e não pela causa da igualdade de oportunidades.

- As pessoas deficientes auditivos são aceitas para trabalhar em empresas que as deixam trabalhando em grupos longe dos demais funcionários e do público, geralmente, sem carteira assinada e/ou, se contratadas, sem promoções ao longo dos anos.

Essas inclusões profissionais dos portadores de necessidades especiais, estão ocorrendo atualmente, por iniciativa de algumas empresas, geralmente multinacionais, espelhando-se na inclusão adotada em seus países de origem..

4. 4 As mudanças

A Educação Especial, no atual momento, vive uma dinâmica vantajosa de transformação em termos da sua concepção e diretrizes legais. Neste contexto, vem reafirmar o compromisso de estabelecer um plano de ação político pedagógico para a área, que envolva a perspectiva de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais. Aqui estão presentes os asseios que povoam hoje qualquer iniciativa de ultrapassar os limites da segregação, do preconceito, da inacessibilidade do espaço escolar e, principalmente, da falta de qualidade do ensino público.

Entretanto, faz-se necessário traçar o contexto histórico da Educação Especial no Brasil, a fim de delinear seu processo de construção e compreensão do posicionamento atual. Observam-se, nos diferentes momentos históricos da Educação Especial, tendências, orientações e diretrizes diversas que vão desde à compaixão até a perspectiva de inclusão .

A inclusão do deficiente auditivo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial, até os graus superiores de ensino, sob o enfoque sistêmico a educação especial integra o sistema educacional vigente. Identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

A educação deve ser, por princípio liberal, democrático e não doutrinário. Dentro desta concepção o educando é acima de tudo, digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade.

Essa educação tem como objetivo o desenvolvimento integral do homem e a sua preparação para uma vida produtiva na sociedade fundada no equilíbrio entre os interesses individuais e as regras de vida nos grupos sociais. O slogan “Educação para todos” representa um compromisso assumido pelo Brasil no combate à exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional. Entretanto para alcançarmos esta meta é importante que enfrentamos o desafio de tornar a escola um espaço aberto e adequado ao ensino de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. Sabemos, entretanto, que são inúmeros obstáculos à oferta de educação a esse alunado, principalmente integrada e inclusiva.

Sabemos que esses alunos apresentam necessidade de socialização e para isso foram instaladas em escolas comuns, as classes especiais, caracterizadas pelo agrupamento de alunos de acordo com sua categoria de excepcionalidade, com a responsabilidade de um professor especializado. Estas classes especiais funcionaram como auxílio ou como serviço especial, dependendo da forma do atendimento que o mesmo necessitasse. Depois de feito esse processo foi detectado a necessidade em integrar ou incluir esses alunos em uma classe comum de ensino regular uma vez que isso se constituía segregação social, prejudicial ao desenvolvimento do aluno portador de dificuldades. Visando essa necessidade, surge a Escola Inclusiva, aberta para todos, e de tal qualidade que possibilite a construção individual de todos os alunos.

Com isso, percebemos uma aproximação nesses dois tipos de ensino, o regular e o especial, portanto, não se pode acabar com um nem com o outro sistema de ensino, mas sim juntá-los unificando num sistema educacional único, partindo do princípio (de todos os seres humanos possuem o mesmo valor e os mesmos direitos), otimizando seus esforços e se

atualizando de práticas diferenciadas, sempre que necessário, para que tais direitos sejam garantidos. É isso que significa, na prática, “incluir a educação especial na estrutura de educação para todos”, conforme mencionado na declaração de Sala manca (UNESCO,1994).

Percebemos que com esse processo de inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais, no ensino regular, que devemos ter uma perspectiva realista como fala SACKS.

Não se mudam atitudes da noite para o dia, sejam elas individuais ou coletivas. Principalmente quando consideramos que toda nossa tradição histórica tem sido omissa, preconceituosa e discriminativa. Tendo como base esse contexto, isso implica na reformulação de políticas educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo. Uma grande polêmica referente a esse aspecto, é que localidades em que a educação especial auditiva já tenha se constituído como sistema paralelo de ensino, refere-se à oneração financeira de tal reformulação. Dessa forma, nenhum começo é fácil. (SACKS, p.37).

Sabemos que existe uma preocupação muito grande nesse processo de transformação da educação nas mudanças do paradigma de exclusão para o de inclusão, visto que o educando está acostumado com elementos que apresentam a mesma deficiência, ou seja na ordem da segregação, ao serem incluídos em classes regulares, torna-se constrangedor, pois terá contato com diversos modelos de alunos, e isso no inicio restringe com o tempo se adaptam ao processo. Há uma inquietação no que diz respeito à capacitação profissional da educação regular e da educação especial.

Essa inquietação ocorre pelo fato do profissional de educação regular não se achar preparado para atuar com esses alunos includentes pelo fato de não terem cursos específicos para atuarem com essa clientela. Atualmente no curso de magistério em seu currículo dá alguns embasamentos para que o educador supere essa dificuldade e tende suprir a necessidade encontrada pelo educando, quando isso não ocorrer aos profissionais especializados disponíveis nas Secretarias de Educação devem atender ao a qualificação e capacitação desses educadores.

Nesse caso cresce, também, a necessidade de se planejar programas educacionais flexíveis que possam abranger os mais variados tipos de alunados e possam, ao mesmo tempo, oferecer o mesmo conteúdo curricular sem perda de qualidade do ensino e da aprendizagem. Para que seja bem sucedido é necessário reunir os profissionais especializados, pedagogos da área (deficiência) e o corpo técnico da escola, para se chegar a um consenso e adaptar de forma coerente no currículo, técnicas que suprirão as necessidades tanto dos portadores de necessidades como dos ditos normais. Para tanto, indicaremos neste artigo algumas sugestões de atividades no sentido de colaborar com a evolução da Língua de Sinais e contribuir para expansão da comunidade surda com a comunidade dos ouvintes.

5 ENSINANDO LIBRAS A CRIANÇA SURDA

Ensinar Libras à criança surda não é ensinar o B-a-Bá, pois precisamos primeiro investigar a produção do primeiro sinal e principalmente os dez primeiros sinais. Segundo Teles (1998) utilizando essa alternativa, “a maioria dos estudos de aquisição da linguagem registra que o aparecimento das primeiras palavras/sinais ocorre em torno dos dez meses” (p. 37).

Para que a criança surda tenha a vontade de aprender libras é fundamental a motivação da aprendizagem. Sem a motivação não há aprendizagem. Pode ocorrer aprendizagem sem professor, sem livro, sem escola e sem uma porção de outros recursos. Mas mesmo que existam todos esses recursos favoráveis, se não houver motivação não haverá aprendizagem. (TELES, 1998, p.44).

É importante ressaltar que ao ensinamos a criança de 06 a 10 anos, o uso da fala e dos sinais não deve ser feito ao mesmo tempo, ou usa a fala ou o sinal, pois a língua de sinais tem regras próprias que são bastante diferentes da língua falada, como exemplo, a construção de uma frase em sinais difere da seqüência dos elementos não permitindo a sobreposição da fala com o sinal, não sendo adequadamente utilizada. A Comunicação Total apóia vários sistemas que não são línguas e na educação acabam se orientando apenas a aprendizagem da língua.

Na fase de comunicação a criança surda não apresenta desenvolvimento da comunicação gestual, ou oral, apenas jargões, e sua compreensão são muito ruins.

Para começamos a ensinar a criança de 6 a 10 anos é preciso levar a criança para lugares diversos, pois inseri-la no mundo que a cerca, evitando o seu isolamento, afim de que essa criança se desperte para as coisas de outros ambientes e formas, desse modo, se tornará mais esperta, vivaz e criativa. A primeira impressão que poderíamos dar a criança seria a conversação de pessoas em libras, pois a motivaria pela curiosidade, em se relacionar com outra pessoa fora do seu convívio habitual.

5.1 Propostas de atividades a serem desenvolvidas em Língua de Sinais

Proposta 1

Vejamos um exemplo de desenvolvimento de uma comunicação com o uso de sinais, com esse conhecimento será possível construir um diálogo em Língua de Sinais (a linguagem em gestos aparece entre barras em maiúsculas e a linguagem oral em itálico):

Convenção:

WI- Willi

MA- mãe

WI – Fez vocalizações apontando para os machucados do menino, ao mesmo tempo em que volta as palmas das mãos para cima, que foi interpretado como "o que aconteceu?" (RE/PERGUNTAR/ /ELE)

WI – Aponta para os machucados da criança e levanta os ombros, que foi interpretado novamente como "o que aconteceu?".

MA – *Eu caí.*

RE - /VOCÊ/ / ENTENDER/ (expressão interrogativa).

WI - / CAIR/ *caiu* (expressão interrogativa).

RE -/ELE/ /CAIR/MA – *Da bicicleta. Renata, como é bicicleta?*

RE - /BICICLETA/.

MA - /BICICLETA/.

RE - /VOCÊ/ /FALAR/ /EU/

WI - /MENINO/ /CAIR/ /BICICLETA/

RE – *Que jóia!* (levando o polegar) /VOCÊ/ /ENTENDER/ /FALAR/ *Parabéns!*

Vamos entrar?

WI – Balança afirmativamente com a cabeça e faz tchau para o menino.

Nesta comunicação a criança utilizou gestos, sinais, vocalizações e fala para possibilitar o diálogo, pelo desejo da comunicação; a dificuldade nos diálogos entre a criança surda e a ouvinte são pela ausência de uma língua comum que permita as trocas comunicativas, sendo que eu fui a condutora do diálogo. A expectativa que houve entre os interlocutores envolveu um jogo de imagens e atenção pela curiosidade de saber o que havia

acontecido, essa primeira tentativa de um diálogo com uma pessoa estranha e ouvinte, propiciou que a criança em outras ocasiões obtivesse através da língua de sinais informações que desejava.

Após um mês do episódio anterior, a criança já construía e ampliava o conhecimento da LIBRAS, demonstrava retenção dos sinais e em alguns momentos utilizava apenas dessa forma de comunicação, elaborando melhor suas frases e com menos dificuldades, como segue o diálogo:

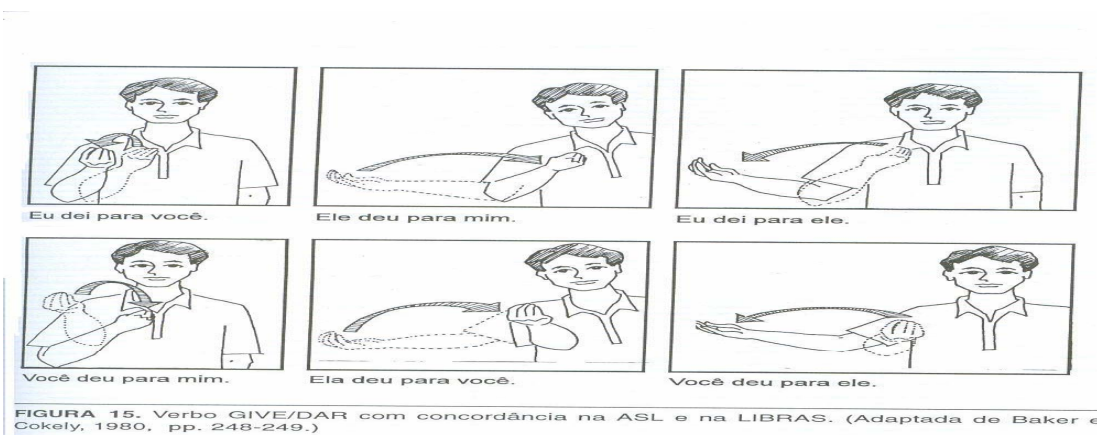
RE - /COMER/ /HOJE/ /VOCÊ/
 WI - /HOJE/ (expressão interrogativa)
 RE - /SIM/ /COMER/ /HOJE/ /VOCÊ/
 WI - /PÃO/ /MANTEIGA/
 RE - /PÃO/ /MANTEIGA/ / O QUÊ/ /BEBEU/
 WI - /ÁGUA/
 RE - /ÁGUA/ (expressão interrogativa) /VOCÊ/ /BEBEU/ /ÁGUA/
 WI - /LEITE/
 RE - / FALAR/ /VOCÊ/ /COMER/ /PÃO/ /MANTEIGA/ /BEBER/ /LEITE/
 WI - /VOCÊ/ / COMER/ /PÃO/ /MANTEIGA/ /BEBER/ /LEITE/
 RE - /EU/ /NÃO/ /VOCÊ/
 WI - /EU/ /COMER/ /PÃO/ /MANTEIGA/ /BEBER/
 RE - /BEBER/ (expressão interrogativa)
 WI - /LEITE/
 RE - /BEBER/ /LEITE/ /O QUÊ/ /VOCÊ/ /COMEU/ /ONTEM/
 WI - /ARROZ/ /FEIJÃO/ /CARNE/
 RE - /BOM/ /FRUTA/ (expressão interrogativa)
 WI - /NÃO/
 RE - /COMER/ /LARANJA/ /BANANA/ /MAÇÃ/ (expressão interrogativa)
 WI - /NÃO/

Verificamos que através do desenvolvimento das LIBRAS, a criança alcança níveis mais compatíveis com as crianças ouvintes, podendo expressar-se sobre coisas que observava, falar da suas vivências, prestando atenção a todos os gestos novos.

Proposta 2

Na conversação com o surdo devemos primeiro tomar posição, para intergir no meio em que ele se encontra para que possa compreender a transmissão:

- Fazer o sinal em uma localização particular;
- Apontar um substantivo em localização particular;
- Direcionar a cabeça e os olhos (e talvez o corpo) em direção a uma localização particular fazendo um sinal de um substantivo ou apontando para o substantivo;
- Usar um pronome antes de u sinal para um referente;



Neste diálogo vamos mostrar como é importante o correto manuseio das mãos, que normalmente ocorre com verbos que usam as mãos. Em tais casos, há uma mão dominante e a orientação dessa mão deteminará as relações gramaticais.

Observe-se que a direção do verbo (isto é, da primeira para a segunda pessoa, ou vice-versa, ou da primeira para a terceira pessoa ou o contrário, ou ainda, da segunda para a

terceira pessoa ou vise-versa) é importante para identificar o sujeito e o objeto.



Figura 16. Verbo AJUDAR com concordância na LIBRAS. (Adaptada de Baker e Cokely, 1980, 249-250.)

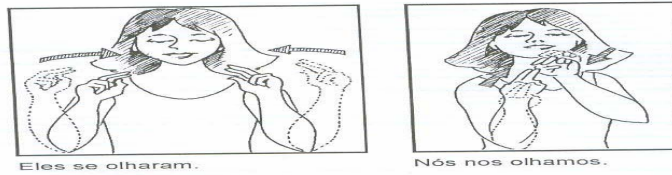


Figura 17. Variações do verbo OLHAR. (Adaptada de Baker e Cokely, 1980, pp. 249-250.)

Diante de todos esses estudos, percebe-se a complexidade das línguas de sinais e toda a riqueza que as envolve. No entanto, cabe aos profissionais que estão diretamente em contato com os surdos reconhecerem tal complexidade e o estudo das línguas de sinais. A partir dessa postura e diante de uma postura bilíngue, os profissionais deverão preocupar-se em adquirir essa língua para que a interação com o aluno ocorra verdadeiramente e o aluno tenha acesso a todas as informações.

6 CONCLUSÃO

Chegamos a conclusão de que a deficiência auditiva ainda é discriminada, limitando-a a participação do surdo do meio social. Sabemos que há um grande número de pessoas portadoras deste tipo de deficiência, em seus variados graus. Sabemos que ainda hoje é difícil à inserção desses deficientes na sociedade bem como a entrada no mercado de trabalho.

É muito importante para sua cidadania o respeito, o tratamento diferencial e não preconceituoso, por isso se faz necessária a preocupação com a sua inclusão na sociedade.

Podemos afirmar que no Brasil, os serviços prestados aos surdos ainda são insignificantes, diferentemente de outros países desenvolvidos, raros são os programas na televisão brasileiros apresentados em libras o que possuam legenda oculta, além disso, há total descaso quanto à necessidade de interprete nos locais públicos em geral.

A formação de profissionais que compreendam a necessidade da criança surda, bem como recursos de livros didáticos para auxiliar no processo de ensino aprendizagem, também seria importante para que ocorra êxito no processo de ensino, onde a falta de professores qualificados e ambientes adequados para o atendimento dos alunos com necessidade de educação especial acarretará no seu desenvolvimento profissional.

Concordamos com Carlos Skliar 1998. Quando afirma que “A mudança registrada nos últimos anos não são e, nem deve ser compreendida como a mudança metodológica dentro do mesmo paradigma da escolarização. O que está mudando são as concepções sobre o sujeito surdo”.(Skliar 1998, pg 7). Desta forma concluímos que é de fundamental tratar do processo de inclusão auditiva, tornado mais fácil a sua inserção não só no mercado de trabalho mais na sociedade como um todo.

Defendemos a bandeira de que o portador de necessidades educativas especiais (auditivas) deve ser incluído no seio da sociedade e todos os cidadãos precisam assumir o compromisso de adequar formas que proporcionam uma vida digna de cidadão, onde sua individualidade seja respeitada e seus direitos também. Somente assim será possível um processo de inclusão social sem traumas e eficaz para todos aqueles que são “diferentes” mas seres humanos e portadores de habilidades próprias independentes de suas deficiências ou não.

REFERÊNCIAS

- CÁRNIO, M.S.; COUTO, M.I.V.; LICHYIG, I. Linguagem e surdez. In: LACERDA, C.B.F; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000. p. 42-53.
- BUERKLI-HALEVY, O.; CHECKLEY, P.C. Fitting advanced digital hearing instruments to children. In: **International conference on newborn hearing screening, diagnosis and intervention**, 2., 2002, Como, Italy. Anais... 2002
- KOSLOWISKY, L. **Implantes cocleares**. Carapicuíba, SP: Pró Fono, 1997.
- KYLE, J. **O ambiente bilíngüe: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilingüismo para surdos**. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidades da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 15-26.
- KARNOPP, L. B. **Aquisição Fonológica na Língua Brasileira de Sinais: estudo longitudinal de uma criança surda**. Tese de Doutorado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre. 1999.
- PILETTI, N. **Psicologia educacional**. São Paulo: Ática, 2003.
- OLIVEIRA, M. Patrícia. **A aquisição da linguagem pelo deficiente auditivo**. 2005/1.
- QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SKLIAR, Carlos. **A surdez um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1987.
- SKLIAR, C. **Uma análise preliminar das variáveis que intervêm no Projeto de Educação Bilíngüe para os Surdos**. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 6, p. 49-57, 1997.
- SOLÉ, M.C.P. **A surdez enquanto marca constitutiva**. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 7, p. 17-23, 1998.
- SOUZA, R.G. **Que palavra que te falta? Lingüística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TELLES, M.T. **Aquisição de língua (linguagem): a discussão permanece**. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 9, p. 3-7, 1998.
- VYGOTSKY, L.S. **Concrete human psychology**. Soviet Psychology, v. 27, n. 2, p. 53-77, 1989.